



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró- Reitoria de Gestão e Governança – PR-6

TERMO DE CONTRATO Nº ____/201__

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA QUE ENTRE
SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E A
EMPRESA _____.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Avenida Pedro Calmon, 550, Prédio da Reitoria, Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21941-901, inscrita no CNPJ sob o nº 33.663.683/0001-16, neste ato sendo representada pelo Pró-Reitor de Gestão e Governança, Sr. André Esteves da Silva, conforme delegação de competência determinada pela Portaria nº 4.925 de 12 de junho de 2017, do Magnífico Reitor, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na(o) _____, em _____/____, CEP _____, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida por _____, e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23079.014331/2018-56** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviço continuado de vigilância armada e desarmada**, com dedicação exclusiva, nas dependências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em **unidades localizadas no Campus da Praia Vermelha**, compreendendo a mão de obra e o emprego de todos os equipamentos, EPI's e ferramentas necessários à execução dos serviços, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação: conforme Anexo 1.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, conforme fixado em Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1.** os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2.** esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3.** seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4.** seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5.** seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6.** haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7.** seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 201___, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15236/153115

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei nº 12.506/2011.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última

repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.12.1. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se especialmente o índice específico, setorial ou geral Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada, sem prejuízo das verificações abaixo mencionadas:

6.12.2. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.12.3. as particularidades do contrato em vigência;

6.12.4. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.12.5. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.12.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.13.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.13.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.13.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.18. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ _____ (_____), no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

7.2. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MP nº 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro do Rio de Janeiro/RJ - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 201__.

André Esteves da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

CONTRATANTE

Nome do representante Legal

Razão Social

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1 – Assinatura

Nome

Carteira de identidade

2 – Assinatura

Nome

Carteira de identidade

Minuta de Contrato - Serviço continuado de vigilância armada e desarmada no Campus Praia Vermelha
com dedicação de mão de obra exclusiva - IN 05/2017

ANEXO 1

UNIDADES DO CAMPUS DA PRAIA VERMELHA MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ											
Posto de Localização		Escala	Turno / Horário do posto	Dias da Semana	Qtd. de postos	Qtd de Empregados	Valor Unitário Mensal por Posto	Valor Unitário Mensal por Empregado	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Anual da Unidade
CASA DA CIÊNCIA	DESARMADA	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Dom	2	4	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	ARMADA	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente Seg / Dom	2	4	R\$	R\$	R\$	R\$	
	DESARMADA	44h	Diurno/8:48h	Diariamente Seg / Sex	1	1	R\$	R\$	R\$	R\$	
PRAIA VERMELHA – PORTÕES	ARMADA	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Dom	6	12	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	ARMADA	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente Seg / Dom	9	18	R\$	R\$	R\$	R\$	
	ARMADA	5 X 2	Diurno/12h	Diariamente Seg / Sex	4	4	R\$	R\$	R\$	R\$	
PRAIA VERMELHA – EEFD	ARMADA	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Dom	2	4	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	ARMADA	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente Seg / Dom	2	4	R\$	R\$	R\$	R\$	
PRAIA VERMELHA – IPUB	DESARMADA	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Dom	2	4	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	DESARMADA	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente Seg / Dom	2	4	R\$	R\$	R\$	R\$	
	DESARMADA	44h	Diurno/8:48h	Diariamente Seg / Sex	1	1	R\$	R\$	R\$	R\$	
BINGO	DESARMADA	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Dom	1	2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	DESARMADA	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente Seg / Dom	2	4	R\$	R\$	R\$	R\$	
	DESARMADA	44h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Sex	1	1	R\$	R\$	R\$	R\$	
CANECÃO / FCC	DESARMADA	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Dom	1	2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	DESARMADA	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente Seg / Dom	2	4	R\$	R\$	R\$	R\$	
	DESARMADA	44h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Sex	1	1	R\$	R\$	R\$	R\$	
INSTITUTO DE NEUROLOGIA	DESARMADA	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Dom	1	2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	DESARMADA	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente Seg / Dom	1	2	R\$	R\$	R\$	R\$	
	DESARMADA	5 X 2	Diurno/12h	Diariamente Seg / Sex	1	1	R\$	R\$	R\$	R\$	
PRAIA VERMELHA – EEFD	DESARMADA	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Dom	1	2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	DESARMADA	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente Seg / Dom	1	2	R\$	R\$	R\$	R\$	
LIVRARIA DA EDITORA DA UFRJ	ARMADA	44h	Diurno/8:48h	Diariamente Seg / Sex	1	1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
					47	84			R\$	R\$	

Minuta de Contrato - Serviço continuado de vigilância armada e desarmada no Campus Praia Vermelha
com dedicação de mão de obra exclusiva - IN 05/2017

	Escala	Turno / Horário do posto	Dias da Semana	Qtd. de postos	Nº estimado de empregados
ARMADA	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Dom	8	16
ARMADA	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente Seg / Dom	13	26
ARMADA	5 X 2	Diurno/12h	Diariamente Seg / Sex	4	4
DESARMADA	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente Seg / Dom	8	16
DESARMADA	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente Seg / Dom	8	16
DESARMADA	5 X 2	Diurno/12h	Diariamente Seg / Sex	1	1
DESARMADA	44h	Diurno/8:48h	Diariamente Seg / Sex	5	5
				47	84

Tipo de serviço			Unidade de Medida	Quantidade a contratar		Valor Unitário Mensal por Posto	Valor Unitário Mensal por Empregado	Valor Mensal do Item	Valor Anual do Item
				Postos	Pessoas				
Lote 1	Item 1	Vigilância armada de 12x36 horas diurnas de Segunda-Feira a Domingo	Posto com 2 funcionários	8	16	R\$	R\$	R\$	R\$
	Item 2	Vigilância armada de 12x36 horas noturnas de Segunda-Feira a Domingo	Posto com 2 funcionários	13	26	R\$	R\$	R\$	R\$
	Item 3	Vigilância armada de 5x2 (12 horas) diurnas de Segunda-Feira a Sexta	Posto com 1 funcionário	4	4	R\$	R\$	R\$	R\$
	Item 4	Vigilância desarmada de 12x36 horas diurnas de Segunda-Feira a Domingo	Posto com 2 funcionários	8	16	R\$	R\$	R\$	R\$
	Item 5	Vigilância desarmada de 12x36 horas noturnas de Segunda-Feira a Domingo	Posto com 2 funcionários	8	16	R\$	R\$	R\$	R\$
	Item 6	Vigilância desarmada de 5x2 (12 horas) diurnas de Segunda-Feira a Sexta	Posto com 1 funcionário	1	1	R\$	R\$	R\$	R\$
	Item 7	Vigilância desarmada de 44h (8:48 horas) diurnas de Segunda-Feira a Sexta	Posto com 1 funcionário	5	5	R\$	R\$	R\$	R\$
				47	84			R\$	R\$



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR-6

ANEXO 2

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº ____/201__

_____ (identificação do
licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
_____ (nome do(a) representante), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº
_____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de
Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do
Edital do Pregão nº/20.....:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a
qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais
verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas
obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções
cabíveis;

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na
execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e
aberta em nome da empresa _____ (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária
oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e
extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento
direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA
não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 201__.

(identificação e assinatura do representante legal do licitante)